

Língua Portuguesa, Linguagem e Linguística 3

Ivan Vale de Sousa
(Organizador)



Editora
Atena

Ano 2018

IVAN VALE DE SOUSA

(Organizador)

Língua Portuguesa, Linguagem e Linguística 3

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
L755	Língua portuguesa, linguagem e linguística 3 [recurso eletrônico] / Organizador Ivan Vale de Sousa. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. 3.287 kbytes – (Língua Portuguesa; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-85107-13-0 DOI 10.22533/at.ed.130181308 1. Língua portuguesa. 2. Linguística. I. Sousa, Ivan Vale de. CDD 410
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea lança luzes às diferentes reflexões que compõem os trabalhos dos mais diferentes autores/ pesquisadores que objetivam trazer para o público leitor as múltiplas maneiras e linguagens em que o trabalho com as modalidades comunicativas se inserem. Além disso, o desafio de democratizar as metodologias e as ponderações por seus autores revelam as peculiaridades com que cada um apresenta suas objeções estabelecendo conexões entre as reflexões.

Todos os dezenove trabalhos que desenham uma cartografia robusta à luz dos múltiplos conhecimentos estão inseridos em diferentes correntes e fundamentos epistemológicos, reafirmando que as Ciências da Linguagem tomam rumos diferenciados e se realizam na experiência dos sujeitos, que ora são leitores do próprio enunciado, ora são produtores do discurso.

As ações de ler, escrever, refletir e produzir aproximam as interlocuções dos trabalhos que compõem este volume, justificando que a tensa e robusta cartografia de ideias e objetivações estabelecem à obra uma qualidade diversificada. São diferentes autores que aceitaram o desafio de mostrar aos muitos interlocutores, que lerão estes trabalhos, a justificativa de demonstrar como cada um constrói, reconstrói e estabelece o caminho capaz direcioná-lo na descoberta de novas acepções da linguagem.

Não muito diferente dos objetivos inseridos em cada trabalho é a identidade que esta coletânea recebe. Comungamos do mesmo ideal de que o objetivo deste volume é revelar aos diferentes leitores e pesquisadores como o conhecimento realiza-se mediante a utilização de construção cartográfica dos múltiplos saberes que podem ser construídos no fazer e no compreender a relação da linguagem com seus sujeitos e contextos.

O cruzamento dos muitos discursos que se encontram nesta coletânea expressa nitidamente como fundamentação essencial à ampliação do processo de formação linguística e letramento de seus autores e leitores, a partir dos quatro temas capazes de estruturar o que os interlocutores encontrarão na obra: *leitura, escrita, reflexão e metodologia*.

Os objetivos que dão forma e identidade à coletânea são provenientes de diferentes contextos de utilização e práticas de trabalho com a linguagem e, nessa concepção, os autores/pesquisadores compreendem que todo e qualquer trabalho de valorização da linguagem e suas variações perpassa pela diversidade de conhecimentos na constituição de programas capazes de lançar luzes às etapas do saber.

A noção de diferença entre as reflexões não torna a coletânea um percurso incompreensível do ponto de vista reflexivo, mas, pontua a necessidade de enxergar como a linguagem efetiva-se nas diferentes teorias e práticas defendidas e apresentadas pelos autores. Sendo assim, os dezenove trabalhos que dão forma e sentido a este volume propõem um convite à leitura e aos debates dos textos servindo como acesso aos leitores de outras reflexões no estabelecimento de uma “ponte dialógica” entre

sujeito e conhecimento.

Ivan Vale de Sousa desenvolve no primeiro capítulo a discussão sobre textualidades e o ensino de gêneros textuais no contexto da educação básica, trazendo para o leitor um recorte de suas práticas de trabalho com a linguagem, além de promover frutíferas reflexões partindo de um contexto estabelecido de produção e compreensão de trabalho linguístico com o texto. No segundo capítulo, Artemio Ferreira Gomes e Marcos Antônio Fernandes dos Santos revelam as funções da leitura, escrita e criticidade tendo como *corpus* os textos de acadêmicos de um curso da Universidade Estadual do Maranhão, Campus de São João dos Patos.

Tiago da Costa Barros Macedo, no terceiro capítulo, apresenta uma proposta didática para o trabalho com a produção escrita de gêneros textuais em língua inglesa no Ensino Médio. O quarto capítulo de Aline Batista Rodrigues e Rosinélio Rodrigues da Trindade lançam reflexões acerca da dimensão discursivo-argumentativa das repetições como estratégias referenciais no gênero *redação escolar*, propondo formas de repensar o texto e seu processo de realização.

No quinto capítulo, Alyson Bueno Francisco apresenta as análises de professores-tutores e cursistas no Programa Rede São Paulo de Formação Docente a partir de um viés teórico-investigativo. Não muito diferente da proposta anterior são as reflexões propostas por Elisiane Araújo dos Santos Frazão e Veraluce da Silva Lima, no sexto capítulo, que investigam a conversação na *web* a partir da interface *Facebook*.

Eliana Pereira de Carvalho no sétimo capítulo traz a discussão de uma das obras do escritor Mia Couto em que a questão da temporalidade é discutida no romance estudado. No oitavo capítulo, Iliane Tecchio e Tairine Maia Silva pontuam as metamorfoses sofridas pelo vampiro em filmes a partir da obra do escritor irlandês Bram Stoker. Já as observações inseridas no nono capítulo de Paloma Veras Pereira e José Dino Costa Cavalcante utilizam-se da análise de um romance do escritor José do Nascimento Morais, a partir de um olhar acerca dos excluídos na cidade de São Luís, estado do Maranhão.

No décimo capítulo, Everton Luís Teixeira e Sílvio Holanda navegam reflexivamente nas páginas de Guimarães Rosa e Eric Hobsbawn, direcionando os olhares ao confronto de visões às questões da Segunda Guerra Mundial, analisadas na ótica da leitura histórica e da ficção rosiana. No décimo primeiro capítulo, Natália Tano Portela e Rauer Ribeiro Rodrigues realizam um estudo comparativo entre um dos contos de Clarice Lispector e Alciene Ribeiro, discutem as possíveis aproximações em ambas as narrativas. O décimo segundo capítulo, Dhyovana Guerra e Thaluana Rafael Debarba Baumbach analisam bibliográfica e historicamente as relações de poder estabelecidas pelo período emancipatório de Cascavel, Paraná.

Anísio Batista Pereira, no décimo terceiro capítulo, investiga a memória discursiva nas manifestações sociais ocorridas em 28 de abril de 2017 e problematiza os efeitos de sentido produzidos a partir do entrelaçamento entre o passado e o presente materializados nos discursos. No décimo quarto capítulo, Guilherme Griesang propõe

reconstruir a historiografia a partir da memória bibliográfica sobre a ditadura na Argentina sob o viés de revisitação dos discursos.

O décimo quinto capítulo, Pamela Tais Clein analisa e aproxima o diálogo entre a literatura e o cinema no ensino de língua portuguesa tendo em vista a participação de alunos do terceiro ano do ensino médio, como experiência do Projeto Pibid. No décimo sexto capítulo, Marília Crispi de Moraes discute e analisa experiências de promoção e democratização do acesso à leitura, bem como de fomento à produção literária de grupos excluídos como forma de empoderamento e estímulo ao protagonismo social.

Ezequias da Silva Santos, no décimo sétimo capítulo, traz uma análise entre dois romances, estudando a construção das narrativas e a metaficção em uma perspectiva Neobarroca, como constituição literária das obras analisadas que são reveladas na identidade do texto e durante seu desenvolvimento. No décimo oitavo capítulo, Mariana Pinter Chaves e Ida Lucia Machado estudam e analisam as identidades das personagens na constituição da cena, respaldando-se em alguns estudiosos. E, por fim, no décimo nono capítulo deste livro, Claudia Regina Porto Buzatti aborda como centralidade a inserção da mulher com deficiência visual por meio da escrita, utilizando como *corpus* as modalidades escritas em caracteres braile e em tinta da escritora Elizete Lisboa.

Esperamos que todos os dezenove trabalhos propiciem outras reflexões e inspirem novos conhecimentos na concepção de novos leitores capazes de enxergar em cada texto uma trilha para o desenvolvimento de saberes. Sendo assim, resta-nos desejar aos interlocutores desta coletânea boas reflexões.

Prof. Me. Ivan Vale de Sousa

Organizador

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
TEXTUALIDADES E GÊNEROS TEXTUAIS NA SALA DE AULA	
<i>Ivan Vale de Sousa</i>	
CAPÍTULO 2	17
LEITURA, ESCRITA E CRITICIDADE: REFLEXÕES A PARTIR DE TEXTOS PRODUZIDOS POR ACADÊMICOS DO 6º PERÍODO DE LETRAS DA UEMA/CESJOP	
<i>Artemio Ferreira Gomes</i>	
<i>Marcos Antônio Fernandes dos Santos</i>	
CAPÍTULO 3	27
PRODUÇÃO ESCRITA DE GÊNEROS TEXTUAIS DE LÍNGUA INGLESA NO ENSINO MÉDIO: UMA PROPOSTA DE ARTICULAÇÃO DAS TEORIAS LINGÜÍSTICAS DE ABORDAGEM LEXICAL E APRENDIZAGEM BASEADA EM TAREFAS	
<i>Tiago da Costa Barros Macedo</i>	
CAPÍTULO 4	40
A DIMENSÃO DISCURSIVA-ARGUMENTATIVA DAS REPETIÇÕES COMO ESTRATÉGIAS REFERENCIAIS NO GÊNERO REDAÇÃO ESCOLAR: UM OUTRO PENSAR SOBRE O TRABALHO COM TEXTOS	
<i>Aline Batista Rodrigues</i>	
<i>Rosinélio Rodrigues da Trindade</i>	
CAPÍTULO 5	53
A LINGUAGEM ENTRE TUTOR-CURSISTA EM CURSO SEMIPRESENCIAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES	
<i>Alyson Bueno Francisco</i>	
CAPÍTULO 6	64
CONVERSAÇÃO NA WEB: UM ESTUDO DOS MARCADORES CONVERSACIONAIS EM USO NO FACEBOOK	
<i>Elisiane Araújo dos Santos Frazão</i>	
<i>Eraluce da Silva Lima</i>	
CAPÍTULO 7	77
ENTRE FRONTEIRAS CULTURAIS: AS ESTRATÉGIAS DA EMPRESA COLONIAL PORTUGUESA E A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO HÍBRIDO EM VENENOS DE DEUS, REMÉDIOS DO DIABO, DE MIA COUTO	
<i>Eliana Pereira de Carvalho</i>	
CAPÍTULO 8	89
DRÁCULA DE BRAM STOKER: O PROTAGONISTA IMORTAL	
<i>Iliane Tecchio</i>	
<i>Tairine Maia Silva</i>	
CAPÍTULO 9	98
UMA SÃO LUÍS DE EXCLUSÕES: UM OLHAR SOBRE OS MARGINALIZADOS NO ROMANCE VENCIDOS E DEGENERADOS	
<i>Paloma Veras Pereira</i>	
<i>José Dino Costa Cavalcante</i>	
CAPÍTULO 10	113
“NESTES MOMENTOS LÚGUBRES DE ONTEM”: LITERATURA E HISTÓRIA NAS PÁGINAS DE GUIMARÃES ROSA E NAS DE ERIC HOBSBAWM	
<i>Everton Luís Teixeira</i>	

CAPÍTULO 11	124
DESTINO DE MULHER EM CLARICE LISPECTOR E ALCIENE RIBEIRO	
<i>Natália Tano Portela</i>	
<i>Rauer Ribeiro Rodrigues</i>	
CAPÍTULO 12	134
ENTRE CASCAVÉIS E JAGUNÇOS: AS RELAÇÕES DE PODER ESTABELECIDAS NO PERÍODO EMANCIPATÓRIO DA CIDADE DE CASCAVEL – PR	
<i>Dhyovana Guerra</i>	
<i>Thaluan Rafael Debarba Baumbach</i>	
CAPÍTULO 13	144
EFEITOS DE MEMÓRIA DISCURSIVA NAS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS DE 28 DE ABRIL DE 2017: ANÁLISE DE IMAGENS DISPONÍVEIS NA INTERNET	
<i>Anísio Batista Pereira</i>	
CAPÍTULO 14	159
DITADURA NA ARGENTINA: A RECONSTRUÇÃO DO PASSADO POR UMA PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA	
<i>Guilherme Griesang</i>	
CAPÍTULO 15	167
A LITERATURA E O CINEMA: UMA PROPOSTA DE DIÁLOGO NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA	
<i>Pamela Tais Clein</i>	
CAPÍTULO 16	178
OS PONTOS DE CULTURA E A PROMOÇÃO DO EMPODERAMENTO: LEITURA E PRODUÇÃO LITERÁRIA COMO ALAVANCAS DE PROTAGONISMO SOCIAL	
<i>Marília Crispi de Moraes</i>	
CAPÍTULO 17	196
OS DETETIVES DE PAPEL E OS DETETIVES EM CARNE E OSSO: A LINGUAGEM NEOBARROCA EM OS DETETIVES SELVAGENS E E NO MEIO DO MUNDO PROSTITUTO SÓ AMORES GUARDEI AO MEU CHARUTO	
<i>Ezequias da Silva Santos</i>	
CAPÍTULO 18	208
NARRATIVAS DE VIDA EM CENA:	
UM ESTUDO SEMIOCÊNICO DAS IDENTIDADES DE PERSONAGENS-ATRIZES NO TEATRO DOCUMENTÁRIO	
<i>Mariana Pinter Chaves</i>	
<i>Ida Lúcia Machado</i>	
CAPÍTULO 19	221
ELIZETE LISBOA: A INSERÇÃO DA MULHER COM DEFICIÊNCIA VISUAL ATRAVÉS DA ESCRITA	
<i>Claudia Regina Porto Buzatti</i>	
SOBRE O ORGANIZADOR	231

ENTRE CASCAVÉIS E JAGUNÇOS: AS RELAÇÕES DE PODER ESTABELECIDAS NO PERÍODO EMANCIPATÓRIO DA CIDADE DE CASCAVEL – PR

Dhyovana Guerra

Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
Mestrado em Educação
Cascavel – PR

Thaluan Rafael Debarba Baumbach

Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
Licenciatura Plena em Pedagogia
Cascavel - PR

RESUMO: O presente estudo, de cunho qualitativo, visa uma análise comparativa entre bibliografia e história oral referente às relações de poder estabelecidas no período emancipatório de Cascavel – Paraná. No tocante a pesquisa bibliográfica se trata de uma pesquisa aos livros: (i) Cascavel - a História de Alceu Sperança; (ii) Terra, Sangue e Ambição: a gênese de Cascavel de Vander Piaia. No tocante a história oral se trata de uma análise aos depoimentos de pioneiros referentes à história política da cidade. Cascavel teve sua emancipação decretada no dia 14 de dezembro de 1952. Nesse período a cidade sofria reflexo econômico pautado no ciclo da madeira. Baseados nisso, os resultados deste estudo apontam que as relações de poder dentre a década de 1950 – 1970 estão enraizadas nas disputas por terras, e que no contexto destas disputas havia um agente mediador, ou seja, o jagunço.

PALAVRAS-CHAVE: Relações de poder; Ciclo

da madeira; História Política de Cascavel.

ABSTRACT: This qualitative study purposes at a comparative analysis between bibliography and oral history reference to the relations of power established in the emancipatory period of Cascavel - Paraná. With regard to bibliographic research, it is a research on books: (i) Cascavel – A História of Alceu Sperança; (ii) Terra, Sangue e Ambição: a gênese de Cascavel de Vander Piaia. With regard to oral history, it is an analysis of the testimonies of pioneers concerning the political history of the city. Cascavel had its emancipation decreed on December 14, 1952. During this period the city suffered economic reflection based on the cycle of wood. Based on this, the results of this study indicate that power relations between the 1950s and 1970s are rooted in land disputes, and that in the context of these disputes there was a mediating agent, that is, the henchman.

KEYWORDS: Power relations; Wood cycle; Political History of Cascavel.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz parte de um conjunto de estudos e análises realizadas por meio do banco de dados do projeto de pesquisa intitulado *Memórias da prostituição*

em Cascavel – PR: Lembranças da casa da “Tia Chiquinha”, desenvolvido entre 2015 e 2016, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e fomentado pela Fundação Araucária. No período de desenvolvimento deste estudo foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, bem como a composição de um banco de dados e coleta de depoimentos de alguns dos pioneiros da cidade de Cascavel-PR referentes aos aspectos históricos da casa da “Tia Chiquinha”, objeto de estudo do projeto de pesquisa mencionado.

A casa da “Tia Chiquinha” foi a principal zona de baixo meretrício da região Oeste do Paraná na década de 1960 e nela ocorriam além de festas, como são de costume, reuniões políticas e comerciais. Nesse sentido, a análise apresentada é resultado da pesquisa no âmbito de uma temática ainda pouco explorada no meio acadêmico, ou seja, as memórias referentes à prostituição feminina em uma determinada cidade/região. Nesse sentido, pode-se lembrar uma característica explorada em outra reflexão sobre a casa da “Tia Chiquinha”:

Havia quartos para cada nível social/econômico de frequentador. Quando algum “colarinho branco” vinha até a casa, este era atendido em quartos especiais. A organização da zona pode ser entendida, portanto, a partir das várias clientelas que a frequentavam e das diferentes categorias de prostíbulo que a constituía. Tal realidade figurava no imaginário e no senso comum da época. Em todos os depoimentos que coletamos de antigos frequentadores, esses informantes fizeram questão de frisar a diferença que os separava dos golpistas, principalmente distinguindo o boêmio da figura do malandro, do vadio e do criminoso. Há um cuidado por parte dos depoentes em preservar uma boa imagem de si, de não serem identificados e confundidos com tipos marginais, que também compunham a freguesia local (BAUMBACH, ALVES, MALACARNE, 2015, p. 188).

Por meio da metodologia da História Oral, pretendeu-se constatar alguns aspectos referentes aos marginais da cidade de Cascavel da década de 1960, entre eles os jagunços e as prostitutas, visando apresentar as suas características representadas por meio dos depoimentos dos sujeitos entrevistados. Entretanto, neste trabalho, será abordado apenas algumas questões referentes as relações de poder estabelecidas entre jagunços e comunidade local no período emancipatório da cidade e que foram ressaltados em um dos depoimentos coletados. A fim de melhor explorar a questão, foram abordadas também duas importantes obras no que diz respeito ao estudo do contexto do Oeste do Paraná no período dos enfrentamentos decorrentes das disputas de terras na cidade de Cascavel, sendo os livros *Cascavel: A História* de Alceu Sperança e *Terra, Sangue e Ambição: A gênese de Cascavel* de Vander Piaia.

Nesse sentido, busca-se situar as relações de poder estabelecidas no período em que a cidade ficou conhecida, como denomina Piaia (2013), pelo pseudônimo de capital do crime. Para tanto apresenta-se uma síntese da história da cidade atualmente conhecida como a “Capital do Oeste Paranaense”, por ser o polo econômico da região e um dos maiores municípios do Paraná. Em seguida, apresenta-se uma análise das relações de poder expostas nas obras selecionadas relacionadas com o depoimento de um dos pioneiros entrevistados considerando o cenário político, a importância e a

influência dos jagunços nas relações entre colonos e posseiros. Cumpre esclarecer que este artigo é uma versão revisada e ampliada do originalmente publicado nos Anais do XII Seminário Nacional de Literatura, História e Memória e III Congresso Internacional de Pesquisa em Letras no Contexto Latino-Americano, de 25 a 27 de Novembro de 2015, Unioeste – Cascavel - PR.

2 | METODOLOGIA

A fim de desenvolver este estudo, recorreu-se a Pesquisa Bibliográfica que conforme Severino (2016) é realizada a partir de registros de pesquisas anteriores sobre o tema em estudo e também à Pesquisa de Campo na qual a fonte é abordada em seu meio (SEVERINO, 2016) que aqui consistiu na coleta, transcrição e análise de depoimentos dos sujeitos por meio de entrevista, alguns dos pioneiros da cidade, portanto, por meio da metodologia da História Oral.

No tocante a Pesquisa Bibliográfica, foram consultados os livros *Cascavel: A História* de Alceu Sperança e *Terra, Sangue e Ambição: A gênese de Cascavel* de Vander Piaia. Tais livros compõe o acervo bibliográfico referente às memórias públicas da cidade disponíveis na biblioteca do grupo de estudos de Formação de professores para o Ensino de Ciências e Educação Matemática da UNIOESTE Campus de Cascavel (FOPECIM). Por meio desta consulta foi possível compreender o contexto historiográfico da região Oeste do Paraná e situar historicamente o objeto deste trabalho: as relações de poder estabelecidas entre jagunços e comunidade local, colonos e posseiros, no período emancipatório de Cascavel – PR.

Ademais, importa ressaltar que conforme Melo (2015) as obras memorialísticas, produtoras e difusoras de memórias públicas, objetivam cristalizar interpretações e recordações que, por sua vez, são em grande medida individuais. Assim sendo, Melo (2015, p. 37) ressalta que:

[...] as memórias públicas, seriam, portanto, um conglomerado de referências, de enredos, de recordações, que ganham projeção no espaço público. Entretanto, é necessário considerar que as memórias públicas não são as únicas versões de passado possíveis, pois são produzidas em um ambiente de disputas entre os diversos grupos sociais. O caráter consensual das memórias públicas, que se tornaram hegemônicas, é apenas aparente.

Tal problemática manifestada por Melo (2015) revela a necessidade de buscar por outras versões a respeito da história do município, para além daquelas já sistematizadas. Nesse sentido, buscou-se compreender e explorar aspectos históricos da cidade para além da bibliografia já existente e por meio da História Oral.

A utilização da metodologia de História Oral em pesquisa teve início na década de 1950, após a invenção do gravador e desde então, difundiu-se principalmente no meio acadêmico entre: historiadores, antropólogos, cientista políticos, sociólogos, pedagogos, teóricos da literatura, psicólogos e outros (FUNDAÇÃO GETÚLIO

VARGAS, CPDOC, 2012). No Brasil foi introduzida na década de 1970 quando foi criado o Programa de história oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC.

As entrevistas de História Oral, segundo a Fundação Getúlio Vargas (2012), são fontes para compreensão do passado assim como os documentos escritos e imagens, caracterizadas por serem produzidos a partir de estímulos, sendo que o pesquisador se utiliza de um conjunto de documentos biográficos e memórias e autobiografias a fim de compreender como o entrevistado interpreta os acontecimentos e situações e “Isso torna o estudo da história mais concreto e próximo, facilitando a apreensão do passado pelas gerações futuras e a compreensão das experiências vividas por outros” (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2012, p. 1).

Conforme Silveira (2007, p. 41) pela História Oral se produz:

[...] narrativas orais, que são narrativas de memória. [...] de identidade na medida em que o entrevistado não apenas mostra como ele vê a si mesmo e o mundo, mas também como ele é visto por outro sujeito ou por uma coletividade.

Na mesma direção, o autor ainda ressalta que:

Trabalhar com História Oral é, sobretudo, não querer uma história totalizante a partir dos depoimentos; tão pouco provar uma verdade absoluta. É dar espaço aos sujeitos anônimos da História na produção e divulgação dessa, procurando articular suas narrativas aos contextos e elementos do(s) objeto(s) em pesquisa. É estar preparado para compreender que nem sempre o ato de rememorar é uma ação saudável e positiva para o sujeito, pois pode trazer dores e sofrimentos. É escrever história sem sacramentar certezas, mas diminuindo o campo das dúvidas (SILVEIRA, 2007, p. 41).

Vale ressaltar que foram utilizados pseudônimos para preservar a identidade dos informantes. Outro aspecto de suma importância é o fato de que – como destacado por Silveira (2007) – não trabalhou-se com relatos que exprimem uma história totalizante, e sim fragmentos carregados de valores pessoais, bem como, interpretações da realidade. Para tal, cabe ao pesquisador confrontar fatos, com relatos de diversos observadores. Em se tratar de fatos históricos, ainda cabe ao pesquisador, avaliar a bibliografia existente, bem como a documentação que trata daquele determinado fato. Nesse sentido, foi possível confrontar relatos de diversos depoentes com a bibliografia existente.

3 | ASPECTOS REFERENTES À COLONIZAÇÃO DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

Conforme aponta Santos (2014), a questão da imigração, em âmbito nacional, entra em cena a fim resolver a problemática do povoamento dos sertões brasileiros que no caso da região sul deu certo principalmente devido as condições favoráveis como o clima e a qualidade do solo. Ao abordar a relação entre o homem e a natureza Santos (2014, p. 141) ainda ressalta que “A terra é um centro narrativo dos sentidos da vida. Com ela estão presentes sempre outros objetos correlatos: as matas, os rios,

as montanhas, os minerais”. Outrossim, considera-se ainda, na presente análise, a questão do valor econômico, a divisão e a apropriação privada das terras.

A colonização do Oeste do Paraná deu-se por meio do empreendimento a nacionalização das fronteiras e ocupação das terras. Nesse caso ocorreu a partir da década de 1930, sob o governo do interventor Manoel Ribas. O meio utilizado para povoar estas regiões foi a migração de colonos de origem europeia, já residentes em terras gaúchas, sendo que a ocupação ocorreu por meio de investimentos de empresas colonizadoras que compraram grandes glebas territoriais do governo e as revenderam em pequenas propriedades (PIAIA, 2013). Nos termos atuais, poder-se-ia comparar a forma de loteamento, no entanto para a época a fiscalização das ocupações era rudimentar, o que ocasionou inúmeros conflitos.

A ocupação do extremo Oeste do Paraná foi marcada por muitas mortes em disputas entre colonos, jagunços e posseiros. Nesse cenário em que até mesmo a polícia - que havia se estabelecido na cidade de Cascavel, em 1934, quando foi criado o distrito policial - possuía pouca influência coercitiva, pois, no “Velho Oeste” paranaense, possuir uma arma de fogo, por exemplo, era pré-requisito para sobreviver em terras de cobras cascavéis e jagunços.

A expressão “capital do crime” é utilizado por Paia (2013) para denominar a Cidade de Cascavel, o que chama a atenção e de certa maneira motiva a discussão proposta neste artigo. Porém, para compreender o emprego dessa terminologia é necessário compreender alguns aspectos relacionados à produção econômica no período que antecede os conflitos por terras.

Na década de 1930, com o ciclo da erva-mate entrando em decadência e dando lugar ao ciclo da madeira, diversas famílias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e, em especial, colonos poloneses, alemães e italianos, migraram para a região formando a base populacional da cidade (PIAIA, 2013). Assim sendo, no período que vai entre 1935 a 1955, Cascavel vivenciou o ciclo da madeira. Conforme Sperança (1992) foi a partir da produção e trabalho com a madeira que tornou Cascavel um município. Nesse sentido segundo Piaia (2013, p. 150):

O ciclo da madeira estava cumprindo seus objetivos. As condições da colonização seriam doravante alicerçadas na premissa da formação e ampliação do capital. Para que as pequenas vilas adquirissem a independência como cidades, era preciso certo grau de complexidade das relações sociais, o que foi possível com o estabelecimento dos interesses do capital madeireiro.

O início da década de 1960 foi único para economia madeireira. Nesse período a região foi tomada por indústrias desse seguimento e a sua utilização foi difundida no Brasil e no mundo devido a sua potencial qualidade. Entre a utilização dada à madeira da região conforme ressalta Sperança (1992) foi a base para a construção da cidade de Brasília, atual capital do Brasil. A construção de Brasília teve início em novembro de 1956 e levou toneladas de madeiras da região de Cascavel para sua edificação. Nesse sentido Piaia (2013) ao tratar a respeito do preparo e exploração da madeira,

confirma o que é abordado por Sperança (1992, p. 141) no tocante a construção de Brasília:

As indústrias de madeira passaram a fornecer lambris, forros, assoalhos, tabuas preparadas e padronizadas de acordo com as encomendas, voltando-se também para o mercado interno. Seus compradores agora se situavam nos grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo. A euforia da construção da nova capital – Brasília – contou com milhares de metros cúbicos de madeira extraída e preparada nos outrora temidos sertões do Oeste paranaense.

E é nesse contexto que na cidade de Cascavel foi possível a valorização de algo que até então praticamente não tinha valor, a terra. Tal valorização do território implicou na sua ocupação. A exemplo disso, entre os primeiros relatos sobre a vila que se tornaria a cidade de Cascavel encontra-se o arrendamento de José Silvério de Oliveira, o “Nhô Jeca”, sobre as terras do colono Antônio José Elias nas quais se encontrava a Encruzilhada dos Gomes, localizada no entroncamento de várias trilhas abertas por ervateiros, tropeiros e militares, onde montou seu armazém.

Anteriormente ao período analisado já ocorriam alguns conflitos, porém, não com tal frequência. Com isso foi necessário o estabelecimento do distrito policial de Cascavel, que em 1934 instituiu-se trazendo consigo o distrito judiciário e o administrativo, todos integrantes ao município de Foz do Iguaçu, sendo que a emancipação da cidade só ocorreu em 14 de dezembro de 1952, juntamente com a cidade vizinha, Toledo. Porém, nos anos seguintes, com as diferentes condições sociais e étnicas dos migrantes que passaram a fixar residência no Oeste do Paraná, houve um aumento dos conflitos, que entre as décadas de 1950 e 1970 disseminavam a preocupação entre as disputas por terras entre colonos, jagunços e posseiros.

Tão inquietante era a precariedade da segurança pública no período que ao dia 12 de dezembro de 1960 culminou a um violento incêndio ao paço Municipal José Silvério de Oliveira, onde localizava a Câmara Municipal, eliminando totalmente a documentação dos poderes executivos e legislativo, em circunstâncias que conforme Sperança (1992) até hoje não foram elucidadas. Tal situação acarretou em intervenção militar no ano de 1963, quando o Coronel Lapa realizou uma operação de desarmamento no interior do município, com o intuito de eliminar a luta armada no campo. Como um divisor de águas, a presença no Coronel Lapa na região trouxe um sentimento de tranquilidade para os representantes do legislativo.

Nesse sentido as duas obras abordadas referentes a história da cidade de Cascavel enfatizam o poder exercido pelos jagunços em relação aos posseiros nas disputas por território nos primeiros anos do município que era propício aos enfrentamentos conforme exposto por Piaia (2013, p. 225):

Cascavel, no contexto oestino, era um caldeirão étnico, muito mais propício a enfrentamentos, já que a heterogeneidade levava a conflitos de costumes e manifestações de diferenças. Nenhum desses aspectos, contudo, superava a violência pela conquista da terra.

A problemática da disputa de terra é um dos reflexos das ocupações de terras

pertencentes a empresas colonizadoras por posseiros oriundos de diversas partes do Brasil. Conforme Piaia (2013, p. 225): “Vinhão pessoas de toda parte do Brasil, a maioria com pouco dinheiro ou mesmo sem moeda alguma”. Com as demandas por terra, embora irregulares, mas contínuas, os caboclos foram se estabelecendo na região, as empresas colonizadoras possuíam o título de propriedade, porém, não possuíam benfeitorias estabelecidas. Então os caboclos chegavam à região e construía suas casas em meio à mata, buscando proximidade aos rios. Com isso as empresas colonizadoras recorriam os serviços dos jagunços, pois na época até que fosse recorrida a justiça para reaver a localidade demandaria tempo e em virtude deste o direito de posse poderia ser revertido para o posseiro, por possuir benfeitorias na localidade. Assim sendo, os jagunços atuavam de forma peculiar. Conforme Piaia (2013, p. 228):

O primeiro passo da ação dos jagunços era a intimidação. Embora costumasse funcionar, a empreitada nem sempre tinha sucesso. Os posseiros reagiam a seu modo, deixando o local, suportando a pressão na esperança que os intimidadores desistissem, ou mesmo reagindo de igual para igual.

Tal informação é recorrente no depoimento de Igor, um dos pioneiros da cidade de Cascavel que foi entrevistado, quando indagado a respeito de suas primeiras impressões sobre a cidade. Igor, ainda criança, com em torno de quatro a cinco anos, em uma de suas primeiras visitas ao barbeiro presenciou uma confusão no salão ao lado, onde era localizado um bar que servia como ponto de encontro para os jagunços da cidade e região. Nesse fatídico dia, Igor passou a compreender Cascavel como uma cidade “sem dono”:

Tinha muito Jagunço por que tinha muito trabalho. Vamos chamar de trabalho, bem, assim, os jagunços eram muito solicitados para empreitadas. Empreitadas eram quando você contratava alguém para ser morto. Tinha muita empreita de assassinatos, é, tinha muito posseiro, aqui nós vivíamos em uma terra de ninguém por que como eram consideradas terras devolutas, são as terras que foram tomadas do Paraguai né. A verdade é essa, a história real é que essa terra foi tomada do Paraguai na guerra da tríplice aliança e o povo que veio para cá, a grande maioria tomou posse da cidade, e quando já havia um determinado número de posseiros e tal, aquelas pessoas mais abastadas ou mais violentas, chegavam aqui, tentava primeiro uma compra não muito honesta né e quando não conseguiam isso contratavam pistoleiros, hora para dar um susto, hora para sair correndo da casa com família outras vezes assassinando pai de família às vezes tocando fogo em casas com famílias dentro, então Cascavel é uma cidade que como outras partes do mundo, foi construída em cima de muita disputa e muito sangue (IGOR, 2015).

Nesse sentido o *modus operandi* dos jagunços refletia que era interessante para os contratantes que o posseiro saísse da local, por bem, ou por mal. Assim sendo, caso o posseiro não se retirasse por meio de conversa, os jagunços aproveitavam de algum momento apropriado e “faziam o serviço”.

Tal ação por parte dos jagunços rememora a forma de poder do Antigo Regime, sistema político e social que foi estabelecido na França a partir do final da Idade Média, em que ocorria a prática do suplício, analisado por Foucault (1993). Conforme Orso

(1996, p. 15) “No suplício correlacionavam-se o tipo de sofrimento físico, a qualidade e a intensidade do sofrimento ao tempo de castigo calculado segundo regras de flagelo devidamente detalhadas”. Durante o Antigo Regime, o Soberano representava o poder máximo, ou seja, a própria lei e a violação da lei era compreendida como ataque ao próprio Soberano acarretando na prática do suplício.

Para Foucault (1993) o poder não está apenas nas instâncias superiores da censura, mas penetra sutilmente e profundamente em toda a trama da sociedade. Nesse sentido, numa tentativa de análise e aproximação com a realidade na gênese de Cascavel, os detentores do poder na cidade, ou seja, os contratantes dos jagunços, por meio destes, expressavam o poder máximo. O poder dos jagunços e pistoleiros era, por conseguinte, amplamente difundido na sociedade cascavelense da época e de acordo com Piaia (2013, p. 194):

Os jagunços e pistoleiros tinham seus nomes conhecidos, assim como suas vítimas. Fazia parte do negócio ter seu nome divulgado, mesmo que fosse pelo apelido. Quanto maior o temor deste ou daquele sujeito, mas facilmente ele conseguia seus intentos criminosos. Prestando um serviço mais eficaz, maiores as possibilidades de uma nova empreitada e também de uma valorização do seu trabalho sujo. No topo da pirâmide do medo estava assentado o mandante, este quase sempre incógnito. Nas rodadas de cachaça, os pistoleiros deixavam vazar nomes, embora fosse apenas a conversa de um pobre coitado cuja única ocupação era manejar um revolver. Ademais, contra os delatores habituais havia outros pistoleiros dispostos a enfrenta-los.

Assim como as cerimônias de suplício tinham um lugar de destaque, uma vez que era necessário que todos soubessem do acontecimento e tomassem por lição (ORSO, 1996) os jagunços tinham seus nomes conhecidos e temidos na região, sendo que desse modo seus trabalhos eram valorizados e os posseiros viam-se ameaçados.

Conforme Orso (1996) o poder não possui uma natureza universal, mas é uma prática social construída historicamente. Nesse sentido, o poder é relacional, pois não há um poder em si, mas relações de poder e de força (ORSO, 1996). Desse modo, o poder não pode ser pensado isoladamente, pois para o seu estabelecimento é necessário, conforme Souza (2011), relações desiguais e assimétricas. Nesse sentido, a relação entre jagunços e posseiros no período emancipatório de Cascavel se configuram em certa medida como relações desiguais de poder.

Uma vez que o poder não está localizado em um ponto específico da estrutura social, este funciona como uma rede de mecanismos sem limites que envolve todos os indivíduos (ORSO, 1996), entretanto procurou-se aqui abordar alguns aspectos do poder exercido pelos jagunços sobre os posseiros. Na mesma direção, Souza (2011, p. 107) afirma ainda que para Foucault poder não é: “a) uma coisa; b) o controle de um conjunto de instituições; c) a racionalidade escondida da história; d) em sua essência, dominação”. Desse modo, as relações de poder se estabelecem, por meio das desigualdades entre dominantes e dominados.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto é possível observar que durante a colonização da região Oeste do Paraná, particularmente da cidade de Cascavel, os conflitos por terra eram eminentes. Nesse sentido, a população local composta principalmente por colonos e posseiros precisavam produzir sua existência em terra de cascavéis e jagunços, em que pode-se inferir que a insegurança era um sentimento comum e em certa medida, geral.

Ao analisar a história de Cascavel da década de 1950 – 1970, por meio dos autores pesquisados, do relato de Igor e dos demais depoentes, pode-se observar a existência expressiva das relações de poder estabelecidas entre aqueles que contratavam os serviços dos jagunços e entre estes e os posseiros que haviam se estabelecido na cidade. Encerrado o ciclo da madeira, no final da década de 1970, Cascavel iniciou a sua fase de industrialização embora pouco desenvolvida, concomitantemente com o aumento da atividade agropecuária, notadamente soja e milho.

A busca pelo poder continuou, mas em outro âmbito, agora entre as próprias autoridades locais, a fim de localizar os mandantes nas empreitadas dos jagunços. Nesse período de disputas judiciais, mais uma vez, a impunidade reinou quando durante os julgamentos um incêndio misterioso culminou com a perda de todas as provas. Foi o início de um período que marcou a história do município. Tão inquietante era a precariedade da segurança pública no período que ao dia 12 de dezembro de 1960 culminou a um violento incêndio ao paço Municipal José Silvério de Oliveira, onde localizava a Câmara Municipal, eliminando totalmente a documentação dos poderes executivos e legislativo, em circunstâncias que conforme Sperança (1992) até hoje não foram elucidadas. A bibliografia e os depoimentos evocam o sentimento de incertezas e impunidade nas primeiras décadas do tão jovem município.

REFERÊNCIAS

BAUMBACH, T. R. D.; ALVES, F. L.; MALACARNE, V. Entre relatos e representações: a prostituição nos primórdios da capital do oeste do Paraná. In: XII Semana Acadêmica de História – “História e Arte: Literatura, música e cinema”, 12, 2015, Marechal Candido Rondon. **Anais...** Marechal Candido Rondon: Centro Acadêmico de História, 2015. P. 182-192.

FGV CPDOC. **Entrevistas do programa de história oral**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>>. Acesso em: 27 de mar. 2018.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

MELO, C. F. Literatura memorialística em perspectiva: uma análise da obra cascavel, a história de Alceu Sperança. In: XII Semana Acadêmica de História – “História e Arte: Literatura, música e cinema”, 12, 2015, Marechal Candido Rondon. **Anais...** Marechal Candido Rondon: Centro Acadêmico de História, 2015. p. 37-48.

ORSO, J. P. **A concepção de poder em Michel Foucault e as relações de poder na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE**. 1996. 05 – 49 f. Dissertação (Mestrado em Educação) –

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo. 1996.

PIAIA, V. **Terra sangue e ambição**: a gênese de Cascavel. Cascavel: Edunioeste, 2013.

SANTOS, J. C. dos. **Construir Fronteiras**: Nacionalismo e Territorialismo no Paraná nos Séculos XIX e XX. Campo Mourão: Editora da FECILCAM, 2014.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 24ª ed. 2016

SILVEIRA, É. da S. História Oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. **MÉTIS: história & cultura**, v. 6, n. 12, p. 35-44, jul./dez. 2007

SPERANÇA, A. A. **Cascavel**: A História. Curitiba: Lagarto, 1992.

SOUSA, W. L. Ensaio sobre a noção de poder em Michel Foucault. **Múltiplas Leituras**, São Paulo, v. 4, n. 2, 2011. p. 103-124. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/article/viewFile/3160/2911>>. Acesso em: 27 de mar. 2018.

ENTREVISTAS

JONAS. Entrevista I. [Mai. 2015]. Entrevistador: Thaluan Rafael Debarba Baumbach. Cascavel, 2015. 1ºdiaA.mp3 (35 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no acervo do Grupo de pesquisa FOPECIM/UNIOESTE.

RODRIGO. Entrevista I. [Mai. 2015]. Entrevistador: Thaluan Rafael Debarba Baumbach. Cascavel, 2015. 1ºdiaB.mp3 (88 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no acervo do Grupo de pesquisa FOPECIM/UNIOESTE.

VITOR. Entrevista I. [Mai. 2015]. Entrevistador: Thaluan Rafael Debarba Baumbach. Cascavel, 2015. 1ºdiaC.mp3 (59 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no acervo do Grupo de pesquisa FOPECIM/UNIOESTE.

JOSÉ. Entrevista I. [Mai. 2015]. Entrevistador: Thaluan Rafael Debarba Baumbach. Cascavel, 2015. 1ºdiaD.mp3 (34 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no acervo do Grupo de pesquisa FOPECIM/UNIOESTE.

IGOR. Entrevista I. [Jul. 2015]. Entrevistador: Thaluan Rafael Debarba Baumbach. Cascavel, 2015. 1ºdiaE.mp3 (55 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no acervo do Grupo de pesquisa FOPECIM/UNIOESTE.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-13-0

